

## O TRADUTOR-INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: O CUIDADO DE SI NA CONSTITUIÇÃO DO *ÊTHOS* COMO INTELLECTUAL ESPECÍFICO<sup>1</sup>

**Joaquim Cesar Cunha dos Santos**  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Espírito Santo, Brasil

Eixo temático: Tradução/interpretação de língua de sinais: ética  
Comunicação em Sinais

Diante da necessidade de intérpretes que mediem a comunicação entre surdos e ouvintes em diferentes situações sociais, percebemos a alteração do status dessa profissão no contexto social ao longo da história. Em busca de uma certificação dos sujeitos que, ainda sem a formação, já atuavam especificamente na tarefa de tradução, o Governo Federal foi levado a estabelecer, a partir de 2006, exames de proficiência da língua brasileira de sinais<sup>2</sup>, denominados hoje de Prolibras<sup>3</sup>, objetivando não só institucionalizar e definir quem de fato teria a competência para assumir esse lugar, mas também legitimar os sujeitos que já atuavam em diferentes âmbitos sociais como intérpretes.

Visto que o Prolibras não tem como fim a formação em tradução e interpretação, mas unicamente a avaliação e certificação, em auxílio a esses exames foram regulamentados também a formação de intérprete em nível superior, com o bacharelado em Letras/Libras, e em nível médio, com os Cursos Técnicos e de Capacitação.

---

<sup>1</sup> SANTOS, J. Cesar C., O Tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais: o cuidado de si na constituição do *êthos* como intelectual específico. In: V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p. 1-13.

<sup>2</sup> A Lei 10.436 foi assinada em 24 de abril de 2002 reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais e a regulamentação se deu pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Libras – Sigla de Língua Brasileira de Sinais, segundo a Lei 10.436/02. Usaremos a partir daqui a sigla Libras, libras.

<sup>3</sup> O Exame de proficiência é conhecido nacionalmente como Prolibras. – Decreto 5.626/05. Segundo Pereira (2008), antes mesmo do Prolibras já ocorreram exames nos anos de 1997 e 2000 realizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. – (PEREIRA, 2008. P. 16, 22, 67, 68.)

Entendendo a necessidade de compreender como os sujeitos que atuam como intérpretes de Libras se constituem, apresento um recorte de minha pesquisa, finalizada, que traz uma reflexão sobre o papel desses cursos de formação de tradutores-intérpretes de Libras<sup>4</sup> na constituição da subjetivação desses profissionais, independente do fato de terem uma formação técnica ou superior na área de tradução e interpretação, parte importante nos processos onde há surdos envolvidos.

Minha hipótese é de que é em diferentes momentos da aprendizagem e uso da Libras que esses sujeitos concluem que são intérpretes, e essa conclusão causa efeitos em sua atuação e sua vida profissional. A pergunta central deste trabalho é: Quando o sujeito se subjetiva Tradutor-intérprete de Língua de Sinais como *intelectual específico* e constitui no cuidado de si, a ética em suas práticas?

Entendendo o intérprete de Libras como *intelectual específico*<sup>5</sup>, levo em consideração que as questões éticas neste trabalho estão posicionadas para além dos “códigos de ética” que definem e norteiam o comportamento do profissional. Compreendendo que a profissão do intérprete de Libras toma outros rumos, atualmente, penso nesse sujeito que, em determinado momento de sua história, se constitui, se subjetivando intérprete de libras e assumindo para si essa responsabilidade que não se limita a uma formação acadêmica ou técnica como tradutor e intérprete, sujeito que, muitas vezes, vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação. Ao apresentar minha hipótese, busca-se entender

---

<sup>4</sup> No presente trabalho utilizo “tradutor-intérprete” segundo a definição apresentada por Quadros (2007), “O Tradutor-intérprete é a pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito, e o Tradutor-intérprete de língua de sinais é a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Atualmente se fala que o intérprete opera com a língua oral e o tradutor, trabalha com a língua escrita”. (QUADROS, p.11, 2007).

<sup>5</sup> Pretende-se fazer uma reflexão necessária quanto à atuação do intérprete no atual momento conduzindo o olhar sobre esses profissionais, sendo usada como base para esses apontamentos a noção de *intelectual específico*, ferramenta teórico-metodológica de inspiração foucaultiana. Para Foucault (2013), o trabalho do *intelectual* não é modelar a vontade dos outros, mas interrogar aquilo que está posto como uma verdade e parece evidente, abalar costumes. Ele propõe um *intelectual* que renuncie se considerar a consciência de toda a sociedade, portador da verdade, e que se permita discernir qual será o real impacto de sua atitude e que tipo de relação se estabelecerá entre seu trabalho teórico e sua prática de vida. Antes um *intelectual* diferente do que é universal, um *intelectual específico* (GROS, 2004, p. 44).

o que pode ser a ética do intérprete de libras, qual sua responsabilidade e de que verdades necessita para conduzir a si mesmo e a outros (FOUCAULT, 2013, p.48, 129).

Nas “confissões”<sup>6</sup> desses profissionais temos pistas de que suas práticas, suas atitudes os constituem *intelectuais específicos*. Em “A casa dos loucos”, Foucault (2013, p.193) pergunta “se pode haver melhor prova, indício mais seguro do que a confissão do próprio sujeito [...]?”. Segundo Foucault,

[...] a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; [...]; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (FOUCAULT, 2015, p.69)

A partir de suas histórias, suas “confissões”, analisa-se fatos, instantes e/ou momentos em que os sujeitos se consideram intérpretes, e quais rituais de “batismo” os subjetivam como *intelectuais universais*, promotores e multiplicadores de uma verdade, e o que para eles foi decisivo em seguir a profissão de intérprete de libras.

Foram entrevistados intérpretes com variadas formações, de nível médio e graduados em Gestão da Qualidade, Pedagogia, Letras e Administração. Alguns com especialização em Língua de Sinais e a maioria em Educação Especial.

Inspirado em Sennett (2012), pode-se pensar sobre os rituais de formação dos intérpretes de Libras como “batismos” em diferentes momentos da vida uma vez que “(o) batismo certamente tinha e continua tendo elementos mágicos de espetáculo” (SENNETT, 2012, p.128).

Antes da legislação específica que institucionaliza o profissional intérprete de Libras, os sujeitos se constituíam nas relações íntimas e diárias com amigos, parentes surdos, por exemplo. Podemos afirmar, na esteira de Sennett (2012) que o ritual que constituía alguém intérprete de

---

<sup>6</sup> A “confissão” aqui não é o ritual na busca pela indulgência dos deuses ou juizes, antes, a operação de uma subjetivação (FOUCAULT, 2010, p.325, 326).

libras se dava metaforicamente, como o batismo católico, por “aspersão”, como respingo. Ou seja, os intérpretes por estarem junto de parentes e amigos surdos, passavam por esse ritual de “aspersão” pois só assim era autorizado que o não surdo atuasse como intérprete, deixando claro o caráter familiar e íntimo dessa prática.

*[...] sou filho de surdos, [...] eu interpretava... interpretava para o meu pai, para minha mãe... Para mim era algo natural, sempre foi natural e em todas as necessidades que eles tinham desde consulta médica, ir ao banco, supermercado, comprar uma televisão, sei lá. (INTÉRPRETE “D”)*

*[...] a língua de sinais assim de forma efetiva foi de um curso que eu fiz de uma semana [...]. O colega decidiu convidar um surdo do Rio para dar um curso intensivo de uma semana .... Eu lembro que eu tirei oito e meio nessa prova. E ... depois disso na outra semana, nas outras semanas, eu comecei a interpretar... (INTÉRPRETE “S”)*

Com a legislação específica novos rituais de formação foram requeridos para esses sujeitos intérpretes. Sennett (2012) se refere a mudança histórica do ritual do batismo, na época de Martinho Lutero que acrescentou ao espetáculo do batismo, a imersão em água clara e limpa, por opção do indivíduo na busca da salvação.

Rituais como a aprovação no Prolibras, a entrada nos cursos de Letras/Libras, cursos técnicos de interpretação e outras capacitações ofertadas principalmente por órgãos públicos, confere o caráter de espetáculo requeridos para a formação desses profissionais. Sennett (2012) afirma: "Dava ênfase ao sujeito molhado, e não ao padre que o molhava, renovando as práticas cristãs iniciais de imersão de adultos; o que importa é a decisão de renascer (SENNETT, 2012, p. 128, 129)". Os próprios “batizados por aspersão”, voltam para buscar outros rituais que os legitimem como intérpretes de Libras. Ou seja, só a “aspersão”, não se torna mais suficiente.

Por mais que o ritual cristão proposto por Lutero seja uma opção, a legislação, coloca como condição de “ser intérprete” aqueles que passem pelas formações institucionalizadas. Logo, o que poderia ser classificado como “opção” passa a ser a forma mais eficaz de governar os sujeitos que atuam nos espaços de inclusão como intérpretes. É até mesmo condição para a classificação desse sujeito intérprete como profissional. O Prolibras (Exame de Proficiência em Libras) instituído pelo Decreto 5.626/05, e exigido na Lei 13.146/15 como o mínimo de certificação em Libras para atuar na educação básica, tem sido hoje considerado o exame de

maior peso para avaliar e certificar os intérpretes de libras. Este exame tem sido um divisor de águas entre o ser e o não ser intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

Nota-se por meio desse exame uma mudança no ritual de "conversão" uma vez que a ênfase hoje está no sujeito que decide renascer e não mais no "padre", o surdo, mas na "imersão" do sujeito que se submete a um Exame, está ali "para se molhar" e poder provar que é um novo intérprete, um outro, devidamente "batizado" e podendo assumir esse papel na sociedade de forma institucionalizada ao ter sido aprovado.

*Aí quando foi em dois mil e treze eu fiquei sabendo do Prolibras e sabia que era um exame de proficiência, eu já tinha fluência no inglês e eu falei, eu não tenho proficiência na língua de sinais, eu sei o meu limite, mas eu vou tentar fazer. Aí eu fiz para tradutor intérprete, passei também. Aí falei, opa! Eu tenho uma certificação de peso, passa por uma banca mais apurada, talvez eu seja intérprete de fato. (INTÉRPRETE "N")*

*E através do Prolibras eu consegui uma escola, consegui colocar em prática tudo que eu já aprendi. (INTÉRPRETE "I")*

O Exame permite qualificar, classificar, estabelecendo de modo visível quem são aprovados, e é altamente ritualizado. "Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade." (FOUCAULT, 2011, p.177).

Além dos rituais serem classificados como passagem de um estado a outro, ele também pode ser estabelecido pela repetição de um comportamento. Muitas práticas no cotidiano dos intérpretes passam a ser legitimadas como práticas de um "intérprete de verdade" por conta da repetição. Quando uma prática se torna um rito arraigado a sua vida, estabelece um padrão e uma verdade que, com o tempo, torna-se hábito.

Segundo Sennett (2012, p. 115) os rituais podem ser construídos como práticas autônomas pois dependem da repetição, da rotina, para serem intensos, ou seja, concentram-se nas especificidades, ocorrendo o mesmo processo de impregnação a todos. Os intérpretes de Libras também são subjetivados por receberem orientações ou regras sobre seu trabalho, ordens de diferentes fontes, institucionais ou de parceiros na profissão, tais como a maneira de se vestir, seu papel na instituição de ensino junto a alunos surdos simplesmente pela repetição que cria um padrão de comportamento.

Os rituais podem transformar em símbolos, objetos, movimentos corporais, ou palavras inexpressivas, afinal, os objetos, os gestos corporais e a linguagem, passam por um processo de transformação, adquirindo um significado denso. Assim, muitas vezes, sem um processo forte de discussão e reflexão, os códigos de ética podem ser construídos baseados em verdades constituídas a partir de comportamentos repetidos constantemente. Usar roupa de cor única, não usar pulseira ou relógio são práticas que passam a simbolizar ética e profissionalismo. Assim as verdades que são construídas por meio de práticas rotineiras, ficam no estágio do hábito sem “reinterrogar as evidências e os postulados, sem abalar os costumes, os modos de se fazer e de pensar” (GROS, 2004, p.45).

O que apresento até o momento é uma reflexão como os cursos de libras, os de formação de tradução e interpretação em Libras governam e subjetivam os intérpretes e como tal pensamento influencia sua atuação e sua vida profissional. Contudo, a noção de *intelectual específico* redefinida por Foucault (2006) e que utilizo na pesquisa consiste no presente ver o intérprete de Libras na função de *intelectual* que diagnostica o momento que vive, não o que viverá. Foucault (2010) opõe a figura de um *intelectual universal* (aquele que reivindica a universalidade do que é justo, correto e verdadeiro) a figura do *intelectual específico* (aquele que problematiza por retomar a medida das regras e das instituições, pondo em jogo esse ofício).

O *intelectual universal* acredita representar a consciência de toda a sociedade, detentor e portador da verdade e da justiça, podendo discernir o verdadeiro do falso, quanto ao que ‘deve ser’, do que ‘deve acontecer’ (FOUCAULT, 2013, p.130). Ele acredita nos valores éticos (*éthos*), verdades que culturalmente lhe são impostas, admitidas, e estas o governam e, conseqüentemente, irão governar outros, pois circulam como se fossem verdades (CANDIOTTO, 2010, p.125). Esse *intelectual universal*, por exercer qualquer forma de hegemonia sobre a sociedade visa alcançar uma sociedade justa e igual para todos (GROS, 2004, p.41, 44, 47).

Neste momento, é importante entender a diferenciação entre *éthos* e *êthos*. O *êthos*, grafado com *eta* (ἦθος), remonta a Homero, e o *éthos*, com *epsilon* (ἔθος), a Ésquilo, o fundador da tragédia grega. O *êthos* (ἦθος) tem uma significação um tanto abstrata, na medida em que

designa os usos e os costumes enquanto relativos a modos (genéricos) de viver, ou seja, a uma sabedoria.

*Éthos* (ἔθος) designa mais ou menos a mesma coisa, mas, fundamentalmente, a tradição, no sentido de *o que é habitual*, corriqueiro, usual, etc., e que vem a se impor como uma sabedoria (SPINELLI, 2009, p.9). Podemos então entender que o *éthos* está relacionado àquilo que é habitual, corriqueiro, usual, muitas vezes não derivado da razão, mas uma rotina, um ritual, algo que é como uma etiqueta, no sentido de comportamento ético.

O *intelectual específico* não é o portador de valores universais. Ele ocupa uma posição específica, não de ser um canal repetidor/retransmissor de verdades postas, mas como sujeito de produção da verdade. Ele não tem a função de criticar valores e regras, mas, antes, de saber se é possível que nesses valores e nessas regras possa surgir uma nova política da verdade. Não é pela crítica que mudará a consciência dos outros, mas a possibilidade de mudar o regime institucional, político de produção de verdade (GROS, 2004, p.42).

A função de um *intelectual específico* não é dizer aos outros o que eles devem fazer. Para Foucault (2003) é preciso pensar o papel do *intelectual*, tanto através de uma definição da sua relação com o saber quanto da definição da maneira como ele intervém na sociedade. O *intelectual específico* participa na formação de uma vontade política, onde desempenha a sua função, inserido na seguinte especificidade, sua posição social, suas condições de vida/ trabalho e o que está posto como verdade na sociedade.

Foucault (1984) em uma de suas entrevistas respondeu que os gregos consideravam liberdade como a não escravidão. Ter liberdade é ser ético (êthos), uma maneira de ser e de se conduzir, modo de ser de um sujeito. Um escravo não tem ética (êthos) pois não tem essa forma concreta de liberdade. Ser livre significa domínio de si. Foucault (1984) acrescenta dando à liberdade individual um papel muito importante, implicando uma responsabilidade do sujeito para com outros, dizendo que:

O *éthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente, seja para exercer uma magistratura ou para manter relações ou para manter relações

de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com o outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso as lições de um mestre (FOUCAULT, 2014, p. 264).

O intérprete de Libras, sabedor de um conjunto de valores e de regras de ação prescritivos, ao se sujeitar a outro governo, seu comportamento é avaliado e, cumprindo esses costumes e regras, aceitando ser governado por outros, é aplaudido por sua ética (*éthos*), que vem a se impor como uma sabedoria. Todavia, ao não aceitar ser governado por outros, governando a si mesmo, cuidando de si, problematizando o que é posto como verdade, compreendendo que pode modificar tal verdade em certos pontos, analisando os campos que são seus, passa a participar da formação de uma vontade política, desempenhando seu papel de cidadão, exercendo sua ética (*êthos*), ou seja, uma sabedoria. E assim o sujeito cumpre seu papel como *intelectual específico*.

Quanto à essa atitude “ética”, diz respeito à maneira pela qual cada um se constitui em si mesmo como sujeito moral do código. Esse sujeito, ao receber um código de ações, ou conjunto de valores e regras, interroga, problematiza, pois compreende que há diferentes maneiras de se conduzir a si mesmo dentro do código moral, um cuidado de si, um movimento em si que requer atenção fazendo de si mesmo sujeito de estudo em condições de debater seu próprio destino. Esse profissional evidencia uma atitude ética (*êthos*) de um *intelectual específico*. A “ética” não se resume a conhecer às regras ou códigos de ética (*éthos*) e que questioná-las com um discurso, para expor que há um oposto, se resolva a questão.

Continuando o raciocínio a respeito da atitude ética do *intelectual específico* busco a fala de Foucault, ao término de sua aula em 22 de fevereiro de 1984, quando diz que é preciso “para um professor de filosofia, dar pelo menos uma vez na vida uma aula sobre Sócrates [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 134). Foucault faz de Sócrates um exemplo da coragem da verdade, tentando mostrar que Sócrates articula a exigência da *parrhesía*<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo Foucault (2010) “A *parrhesía* (a *libertas*, o franco falar) é essa forma essencial [...] à palavra do diretor: palavra livre, desvincilhada de regras, liberada de procedimentos retóricos na medida em que, de um lado, deve certamente adaptar-se à situação, à ocasião, às particularidades do ouvinte; mas, sobretudo e fundamentalmente, é uma palavra que, do lado de quem a pronuncia, vale como comprometimento, vale como elo, constitui um certo pacto entre o sujeito da enunciação e o sujeito da conduta. O sujeito que fala se compromete. No mesmo momento em que diz: ‘eu digo a verdade’, compromete-se a fazer o que diz e a ser sujeito de uma conduta que obedece



A definição de *parrhesía* designa a qualificação ética (*êthos*) do sujeito em oposição às práticas de direção de consciência. Ela também está em oposição à retórica, cuja técnica é persuadir e convencer alguém, a arte de falar algo que não é inteiramente o que pensa. A função do *intelectual específico* consiste na enunciação de discursos que objetivam a constituição do *êthos*. Segundo Foucault (2009), a qualificação desse intelectual *parrhesiasta* é a sua coragem da verdade (CANDIOTTO, 2010, p. 144).

Ao refletir suas práticas caberá ao próprio sujeito ressignificar suas relações demonstrando uma ética (*êthos*), dando forma a quem ele é e não sendo unicamente moldado esteticamente segundo outros, sendo ético (*éthos*). O sujeito intérprete de Libras, no espaço que estiver atuando, deve refletir em como está sendo conduzido e conduzindo outros ao problematizar as verdades deste mundo. Foucault (2013), nos ajuda a pensar do que se poderia chamar de atitude de modernidade:

Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. Um pouco, sem dúvida, como aquilo que os gregos chamavam de *êthos* (FOUCAULT, 2013, p.358).

Quando o intérprete de Libras se posiciona como sujeito das relações sociais preestabelecidas e procura ressignificar suas relações por meio de uma *atitude de modernidade*, atitude crítica que consiste na compreensão de quem somos, da criação de novas modalidades de ser e de viver pode assim transformar o padrão imposto. Esta atitude crítica consiste na possibilidade de ser e de viver de outro modo. Pode-se entender como uma atitude que supõe a limitação de poder dos discursos de verdade sobre o indivíduo. Considerando o que são tais discursos que pretendem dizer uma verdade para o sujeito, o *intelectual específico* procura saber quais são os efeitos de subjetivação a partir da própria existência de discursos.

O intérprete, por meio dessa prática, demonstra poder governar a si mesmo e passa a poder dizer com propriedade o que pensa e vive, mesmo que isso lhe custe algo, pois está em jogo seu ofício de *intelectual específico*. Essa transformação, modificação, deslocamento de si por suas

---

ponto por ponto à verdade por ele formulada. É nesse sentido que não pode haver ensinamento da verdade sem um *exemplum*” (FOUCAULT, 2010, p. 365).

práticas, experiências, renúncias, tem um preço a pagar para ter acesso à verdade. “A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito” (FOUCAULT, 2010, p.15, 16).

Ao demonstrar em sua vida que o que fala e o que faz estão em harmonia, se expõe ao risco por enunciar uma verdade. Mostra por seus atos que não se limita ao que acredita, mas à medida que crê no que diz, aplica essa verdade a si mesmo. Ademais, a enunciação da verdade é a enunciação de uma crítica. O intérprete de libras, ao ter uma atitude, agindo para operar uma crítica determinada, em uma área de sua competência, sobre um ponto específico, precisará ter disposição de não ser compreendido e aceito. Esse sujeito com atitude tem disposição de colocar a si mesmo em questão, não permitindo estar interditado pelo que lhe é posto através de ações positivas do Estado.

Quando refletimos a respeito do intérprete de libras, inserido no contexto educacional, começamos a ter outro olhar quanto a sua função. Pode-se afirmar que os intérpretes estão subjetivados por decisões regulamentares, leis, medidas administrativas e discursos (FOUCAULT, 2013, p. 364, 366). Por meio de instituições são direcionados, bloqueados, estabilizados, conduzidos, tendo acesso às regras impostas para conhecerem e obedecerem. Ao mesmo tempo conduzem outros a se assemelharem a um modelo de intérprete de libras, sendo tais valores discutidos e postulados.

Destarte, é possível aqui falar do trabalho do intérprete de Libras como uma prática de cuidado de si a fim de promover atitudes nas conduções institucionais. Foucault (1984), em uma de suas entrevistas, relata que tal prática era uma prática ética (*êthos*), pois o sujeito, ao ocupar-se de si mesmo, exercia a sua liberdade, sabendo como superar todos os instintos que poderiam prejudicar sua existência. Alguém assim, pratica a liberdade de certa maneira (FOUCAULT, 2014). Como *intelectual específico* traz para o processo de inclusão possibilidades que estão além do ato de traduzir e interpretar de uma língua para outra, além dos códigos de ética para intérpretes de libras, além dos rituais de legitimação.

A atitude do intérprete no cuidado de si, cuidando dos outros, assume uma postura ética (*êthos*), que não está relacionado ao habitual, à rotina, ao comportamento (*éthos*), mas a um modo de

ser quanto a uma natureza (espontânea, sem empenho ou sem esforço), um empenho organizado do dizer e pensar. Essa atitude faz com que o intérprete tenha a coragem de mostrar pelas suas práticas, possibilidades, verdades. Como *intelectual específico*, o seu *êthos*, segundo Foucault (1994), no sentido de “crítica permanente de nosso ser histórico”, pode ser entendido como atitude na constituição do *êthos* do sujeito.

O intérprete como *intelectual específico* fala com sinceridade e franqueza porque o que diz, está de acordo com o que pensa, e o que faz está em harmonia com o que vive. Ao enunciar algo, sua verdade, prova sua coragem da verdade. Falar o que pensa, pois faz o que vive, confrontar a opinião, resistir à opinião do senso comum e às decisões da maioria, faz desse *intelectual* um *parrhesiasta*. Não é a crítica pela crítica. Antes é o sujeito que, por sua atitude, fala uma verdade que já é o seu modo de vida, alguém que se define pela resistência corajosa diante de discursos e práticas da política institucional. Ele busca cuidar de si e dos outros e indiretamente da cidade.

No que se refere à pesquisa pudemos compreender como os intérpretes foram subjetivados a se verem intérpretes com a contribuição da passagem pelos rituais de “batismo”, do “exame” e dos que atribuem a procedimentos e objetos, significados. Tais rituais foram decisivos para que os sujeitos se considerassem intérpretes de fato e seguissem a profissão na área da língua brasileira de sinais, exercendo uma ética (*êthos*). Foi possível perceber que cada sujeito em determinado momento de sua história/ vida foi/ é um *intelectual específico* quando busca problematizar o que lhe é posto. A atitude no cuidado de si, com uma ética (*êthos*) não engessada, mostra possibilidades no que se refere a educação de sujeitos surdos.

Ao concluir, enfatizo que não nego, nem me contraponho a ordem discursiva da inclusão, não rejeito ou critico o que está sendo feito, tampouco os profissionais envolvidos. Busco entender os porquês, os efeitos das práticas e ações que ordenam esse processo, que são necessárias, e como os profissionais envolvidos podem, no presente, trazer um outro olhar para aquilo que está posto como verdades, receitas, que acreditam, resolverão as questões na educação dos surdos.

## REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Decreto de Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em 08 agosto de 2013.

BRASIL. Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 08 de agosto de 2013.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**; tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos / Michel Foucault; organização de Nildo Avelino**. – São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2ª. ed. revista e ampliada, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Col. Ditos e Escritos IV. Paris: Gallimard, 1994d.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Col. Ditos e Escritos V. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O que são luzes? In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Col. Ditos e Escritos II. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Col. Ditos e Escritos IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 39. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

GROS, Frédéric; ARTIÈRES, Philippe... [et al.]; **Foucault**: a coragem da verdade. Tradução de Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

QUADROS, Ronice M. ... [et al.]. **Exame Prolibras**. Florianópolis, SC, 2009.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SPINELLI, Miguel. **Sobre as diferenças entre éthos com epsilon e éthos com eta**. Artigo recebido em 10/2008 e aprovado em 08/2009. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.